

PMDB define hoje distribuição dos parlamentares nas comissões

Da Sucursal de Brasília



Os líderes do PMDB no Congresso constituinte e na Câmara, senador Mário Covas (SP) e deputado Luiz Henrique (SC), reúnem-se hoje à noite com os coordenadores de bancadas do partido para finalizar a distribuição dos peemedebistas nas comissões e subcomissões temáticas. Segundo o deputado Ibsen Pinheiro (RS), vice-líder do PMDB na Câmara, resta apenas compatibilizar alguns excessos de pedidos para as comissões da Ordem Econômica; da Ordem Social; da Família, Educação, Cultura,

Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia; e de Sistematização.

O PMDB obedecerá o critério da proporcionalidade para preencher as comissões, afirmou Ibsen Pinheiro. Desta forma, ele descartou a possibilidade de o PFL obter qualquer compensação nas comissões, por não participar da Mesa do Congresso constituinte. "Foi um ato soberano do PFL não querer participar da composição da Mesa e isso não é motivo para haver desequilíbrio na proporcionalidade", assinalou. Pinheiro, que responde pela liderança do PMDB — o líder Luiz Henrique chega hoje de Santa Catarina, para a reunião —, admitiu, porém, que algumas concessões nas negociações serão normais.

O vice-líder do PMDB afirmou que

os conflitos entre PMDB e PFL, verificados no episódio da votação da Mesa do Congresso constituinte, são passageiros. "São conflitos de caráter emocional e inevitáveis, mas não afetam PMDB e PFL, enquanto partidos de sustentação do governo Sarney". Segundo ele, a relação do PMDB com o PFL, no Congresso constituinte, será a mesma que o partido tem com o PDS ou o PDT, por exemplo, ou seja, de partidos vizinhos. "A Aliança Democrática se expressa na Câmara, no Senado e não na Constituinte", afirmou.

Até amanhã pela manhã, o PMDB finaliza a composição das comissões e encaminha a relação à Mesa. À tarde, discute com os demais líderes a distribuição dos partidos nas comissões e subcomissões.

A nova Constituição não deverá ser votada antes do dia 15 de dezembro

O Brasil só terá uma nova Constituição, se tudo correr bem, lá pelo meio de dezembro. Isso não vai depender do esforço dos 559 constituintes. Acontece que o regimento interno, promulgado na terça-feira passada, 52 dias após a instalação dos trabalhos, estabelece um prazo mínimo de 208 dias para a elaboração da Constituição. Se os trabalhos começarem, efetivamente, na próxima quarta-feira, dia 1º de abril, a Constituição já não sairia antes de novembro. No entanto, o regimento não estabelece prazos para a discussão do projeto da Constituição em plenário. Segundo o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, isso levará, pelo menos, um mês. Assim, a Constituição não fica pronta antes de meados de dezembro. Ulysses chegou a acreditar que a Constituição poderia ser promulgada a 7 de setembro ou 15 de novembro, o que agora se constata impossível.

O exemplo claro das dificuldades fica por conta do regimento interno, que define as normas de trabalho dos constituintes: levou 52 dias para ser aprovado. O primeiro prazo, para começar, não foi respeitado. Afinal, a Mesa foi eleita na quinta-feira. O prazo estabelecido no regimento para a formação das oito comissões temáticas e da Comissão de Sistematização, que vence hoje, foi estendido para terça-feira.

Cronograma

É o seguinte o cronograma — ou "fluxograma" como os constituintes o denominam — dos trabalhos

do Congresso constituinte se as comissões forem mesmo instaladas na próxima quarta-feira:

1º de abril — O deputado Ulysses Guimarães lê, em plenário, os nomes dos membros das comissões e as declara constituídas.

3 de abril — Depois de elegerem seus presidentes, vice-presidentes e relatores, as oito comissões constitucionais dividem-se em três subcomissões cada. A única comissão que não se divide é a Comissão de Sistematização. Cada subcomissão elegerá um presidente, dois vice-presidentes e um relator.

24 de abril — Termina o prazo para que os constituintes apresentem seus projetos para a nova Constituição.

18 de maio — Termina o prazo para que cada subcomissão apresente o seu projeto, que será encaminhado à comissão a que pertence.

2 de junho — Termina o prazo para que cada comissão apresente o seu projeto, que será encaminhado à Comissão de Sistematização.

1º de agosto — Finda o prazo para que a Comissão de Sistematização apresente ao plenário o projeto de Constituição. O projeto deve ser encaminhado para publicação no Diário da Assembléia Constituinte.

31 de agosto — Termina o prazo para que os constituintes ofereçam emendas em plenário e para que sejam apresentadas as propostas de "iniciativa popular", ou seja, a possibilidade de que grupos façam as suas sugestões, coordenados por três entidades de caráter nacional.

10 de setembro — Termina a

discussão do projeto em plenário. O projeto volta para a Comissão de Sistematização.

5 de outubro — O projeto volta ao plenário para votação. Não há prazo para isso. O deputado Ulysses Guimarães calcula que isso levará um mês. Depois de votado, volta para a Comissão de Sistematização.

4 de novembro — Termina o prazo para que a Comissão de Sistematização elabore a nova redação do projeto.

6 de novembro — O projeto entra em segundo turno de discussão em plenário.

21 de novembro — Termina o segundo turno de votação em plenário. Se houver emendas, o projeto volta para a Comissão de Sistematização.

1º de dezembro — Acaba o prazo para que a Comissão, se houver emendas, apresente a nova redação. Não há prazo previsto para a votação. Alguns constituintes acreditam que levará dez dias. O projeto volta para a Comissão de Sistematização.

10 de dezembro — Finda o prazo para que a Comissão de Sistematização elabore a redação final da Constituição.

15 de dezembro — O projeto é publicado no Diário da Assembléia Constituinte e aprovado em processo simbólico e maioria simples de votos. O deputado Ulysses Guimarães convoca sessão solene, em data a ser marcada, para a promulgação da Constituição. O Congresso constituinte se dissolve depois disso. No entanto, esses prazos só valem se o regimento interno for mesmo respeitado.

Comissões funcionarão na Câmara e Senado

As oito comissões temáticas e suas 24 subcomissões e a Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, que serão instaladas na próxima quarta-feira, vão ocupar uma área de cerca de dez mil metros quadrados, onde funcionam as comissões da Câmara e do Senado. Nesta área atuarão, além dos constituintes, cerca de 360 funcionários, a maioria pertencente à estrutura das próprias comissões já existentes, que estão com os trabalhos suspensos por causa do Congresso constituinte.

Todas as comissões serão equipadas com terminais de computadores do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen). A Comissão de Sistematização, para a qual foi reservada a maior área, de cerca de mil metros quadrados, tem galeria com 33 lugares, 78 cadeiras para o público, 94 assentos no plenário e até serviço de copa.

A imprensa, que atualmente conta com sala, máquinas, cabines de rádio e telefones próprios, na Câmara e no Senado, ocupará as dependências da atual Comissão da Previdência Social da Câmara e da Comissão da Ordem Econômica do Senado. Os jornalistas contarão com terminais de computadores e banco de dados para consultas. A Radiobrás e a Empresa Brasileira de Notícias (EBN), ambas estacionais, terão salas especiais com equipamentos para produção de teipes e irradiação de notícias. Elas vão produzir, conforme determina o Regimento Interno do Congresso consti-

tuante, material para divulgação nas emissoras de rádio e de televisão.

Para a instalação das comissões, o Senado e a Câmara promoveram poucas modificações em sua estrutura interna. No Senado, por exemplo, todas as comissões já contam com terminais do Prodasen, enquanto na Câmara estes vêm sendo instalados. Criou-se a Secretaria-Geral da Constituinte, que funcionará onde hoje está instalada a Comissão de Esportes e Turismo da Câmara; abriu-se uma sala para a liderança do PMDB, que ocupará a Comissão de Relações Exteriores, uma sala para a recém-criada Secretaria de Apoio e Informações, que ocupará a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara

e uma sala de reunião de presidentes e relatores das comissões, que ficará na atual Comissão de Finanças, também da Câmara.

No Senado ficarão, com suas respectivas subcomissões, as seguintes comissões: da Família, de Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia; da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições; da Ordem Econômica; e da Ordem Social. Na Câmara: da Organização dos Poderes e Sistema de Governo; do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças; da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; de Organização do Estado; e de Sistematização.